

Educação e emancipação social: um olhar a partir da cidade educadora

Education and social emancipation: a look from the educational city

Jaime José Zitkoski*

Resumo

O texto busca elucidar os principais aspectos que constituem o desafio de repensar a educação na perspectiva da emancipação social dialogando com um referencial teórico atualizado nas áreas das ciências humanas e sociais. Nesse sentido, partimos de Habermas e Freire, além das contribuições de Boaventura de Souza Santos, para discutir a atualidade de um projeto educacional com potencialidades emancipatórias diante da complexa crise em que se encontram situadas as sociedades contemporâneas. As propostas para repensar a educação convergem, a nosso ver, para os desafios de reconstrução da existência humana em sociedade, principalmente do modelo de sociedade urbano-industrial, que hoje demonstra uma profunda crise em relação ao futuro da humanidade e torna-se cada vez mais inviável em termos humanos, sociais e ambientais. Construir projetos alternativos para a educação requer, também, projetar a vida nas cidades de um modo diferente da lógica social

vigente. A educação não pode mais ser concebida como responsabilidade apenas das instituições de ensino. A discussão das “cidades educadoras” propõe-se a contribuir nesse desafio. Eis a temática abordada nesta reflexão, que pode contribuir para olhar a educação de outros ângulos ainda não explorados pelas discussões até hoje vivenciadas na área.

Palavras-chave: educação, emancipação, cidade educadora, cidadania emancipatória.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Professor e pesquisador na UFRGS. E-mail: 00086365@ufrgs.br.

Enfrentamento da crise social

Um dos primeiros desafios para projetar a “cidade educadora”, concebida como uma “utopia possível”, é o enfrentamento da grave crise social que hoje sofremos no Brasil e no mundo. Essa crise social decorre de diferentes fatores, mas se expressa de forma visível e dramática na crescente desintegração das instituições sociais, na explosão da violência e exclusão social, além da fragilidade dos vínculos comunitários experienciados pelas populações mais em nível local. E o modelo de cidade que é predominante no mundo ocidental (as metrópoles, com grande concentração de população, riquezas, negócios e exclusão social) revela uma crise que é mais profunda – a crise da própria civilização urbano-industrial.

Segundo as reflexões de Habermas (1998), a crise das sociedades contemporâneas é complexa e está diretamente relacionada com o império da *razão instrumental*, que se alastrou nas diferentes dimensões da vida social e foi, gradativamente, controlando os espaços originários do *mundo da vida*, que, por sua própria natureza, é constituído da comunicação livre de coações/controle/manipulação das ações sociais.

Esse tipo de racionalidade, voltado aos fins prático-estratégicos de controle da vida em sociedade, comanda o funcionamento da vida humana, estruturando-a a partir de

subsistemas, tais como economia, mídia, direito, política, educação, entre outros. Assim, o mundo dos sistemas, que deveria, segundo Habermas, ser coordenado pelas ações comunicativas e éticas, passa a comandar a vida em sociedade, produzindo níveis cada vez mais profundos de alienação de desumanização social. Esse processo, em síntese, é o que Habermas denomina de “colonização do mundo da vida” através da racionalidade sistêmica/funcionalista, que está voltada para o controle burocrático da vida humana em sociedade (1992a, T2). Tal processo ocorreu em razão do gradativo *desen-gate* entre sistemas e o mundo vivido, que foi se aprofundando na evolução das sociedades modernas.

O resultado desse processo histórico social não garante a evolução da sociedade como um todo, pois, mesmo que haja um processo nas formas do “agir estratégico” produzido pela capacidade técnico-científica da humanidade, nem sempre há um progresso na esfera social, que se expressa nas relações solidárias, comunicativas, que visam ao entendimento mútuo entre as pessoas. A complexidade dos problemas sociais e o desafio de enfrentá-los requerem uma nova concepção de Estado e de administração pública, que supere o modelo burocrático-centralizador e articule, cada vez mais, políticas intersetoriais voltadas para uma cidadania emancipatória, capaz de cultivar de forma dialógico-comunicativa o mundo da vida que pulsa em cada cidade.

Nessa perspectiva, segundo Santos (2000), o papel do Estado num novo paradigma social, que enfrenta as graves crises dos sistemas hegemônicos, é de ser o articulador dos “novos movimentos sociais”, ou seja, o Estado não pode jamais abrir mão de definir políticas voltadas para o enfrentamento dos problemas sociais. E se os problemas são complexos, pois estão interligados com os diferentes setores da vida em sociedade, as políticas públicas devem enfrentar, com projetos coerentes, tal complexidade, buscando solução em experiências inovadoras de intervenção na realidade social.

Felizmente, despontam na atualidade, em diferentes regiões do planeta, inúmeras experiências de reinvenção da democracia, que potencializam a construção de uma sociedade mais emancipada. Tais experiências são um aprendizado novo para as sociedades, que protagonizam mudanças políticas e desafiam o campo da educação na busca de abrir-se para novas possibilidades e colaborar na formação de processos sociais emancipatórios.

Ampliando o conceito de educação

Educação não pode ser vista apenas no âmbito restrito das políticas educacionais tradicionalmente concebidas e efetivadas para garantir o funcionamento de um sistema formal de ensino. É necessário ampliarmos a concepção do que é educação em termos da existência humana em so-

cidade e do potencial de vivermos cotidianamente processos educativos nos diferentes espaços de convivência social.

No âmbito municipal, portanto, faz-se necessário repensar as políticas públicas numa ótica da integração das diferentes secretarias em projetos mobilizadores dos mais variados agentes sociais que atuam, por exemplo, numa cidade. O desafio de construir uma “cidade educadora” vem ao encontro da necessidade de reinventar a cidadania, o modelo de vida em sociedade e as práticas sociais hoje hegemônicas.

Enquanto movimento, a cidade educadora é uma proposta de educação que deve estar articulada com as políticas públicas da cidade e com a vida concreta da população que nela constrói um mundo coletivo em seus diferentes espaços vitais. Portanto, a interação escola-cidade e cidade-escola precisa ser constantemente cultivada numa perspectiva de construção da cidadania e da educação ao longo da vida.

Aprender uma vida cidadã melhor é hoje uma questão muito importante! Além do mais, não se pode esquecer que a responsabilidade da educação é também da cidade, e não apenas da escola. O cinema, o mercado, as praças, a praia, os acampamentos na montanha, a televisão, a internet, o rádio, são grandes elementos educacionais. A escola adquire uma grande força educativa quando se sustenta na riqueza humana acumulada nesses espaços (BOSCH, 2002, p. 7).

Por tais razões é que as propostas da cidade educadora requerem a ousadia de repensar a educação numa visão

ampla: O que é ou poderá ser educativo na cidade? E, igualmente, quais são os projetos que exigem o envolvimento das diferentes secretarias municipais num trabalho de planejamento integrador da cidade como um todo? Ou seja, o desafio de repensar os espaços públicos, de rever as políticas sociais, de discutir as prioridades com a população e de adequar os investimentos a partir dos interesses que emergem da cidadania participativa e do planejamento integrador intersecretarias do poder público municipal.

Nessa perspectiva, abordaremos, a seguir, os principais aspectos de uma proposta educacional engajada com os desafios emancipatórios que podem contribuir com a construção de uma cidade mais humanizada.

a) Educação e cidadania: desafios emancipatórios

O binômio educação-cidadania é atualmente muito discutido, mas nem sempre explicitado a partir de que concepção fundante que estabeleça a reflexão e/ou o debate.

Em primeiro lugar, partimos de uma concepção ampla de educação, que compreende todos os processos de formação da pessoa humana na integralidade de suas dimensões, ou seja, a educação está relacionada com a cultura, lazer, política, trabalho, vida social, cidadania e/ou participação social. Nesse sentido, a educação escolar é uma parte da educação do ser humano muito importante, mas insuficiente para a vida em sociedade.

Na perspectiva da cidade educadora, é fundamental discutirmos quais são os caminhos para melhor educar o cidadão. É necessário educar para a vida na cidade levando em conta o desafio da autonomia da pessoa em poder conviver de modo livre e integrado nos diferentes espaços, que, por sua própria natureza, têm um potencial educativo: as ruas, calçadas, praças, bibliotecas, parques, museus etc.

Entretanto, para que essas alternativas possam se concretizar numa cidade, efetivamente, torna-se indispensável desenvolver projetos coletivos que mobilizem a população da cidade e, pela participação ativa de cada cidadão, seja possível envolver os diferentes setores sociais numa obra coletiva, que se traduz em movimento em prol de uma cidade educadora, mais bela, humanizada e feliz para se viver. Diante dessa concepção do que é educação e da qual o potencial educativo da cidade, interessa-nos discutir a noção de cidadania, pois, quando se fala em cidadania, será que todos pensam a mesma coisa?

Em primeiro lugar, cidadania deriva da palavra “cidade” ou *civitas*, que no latim é a vida civilizada em contraposição à barbárie. Via de regra, na Antiguidade, as cidades representavam o que era uma civilização, ou seja, uma sociedade mais organizada e evoluída culturalmente, moralmente e politicamente. No entanto, na atualidade, há diferentes concepções de cidadania em jogo e, até mesmo, diferentes conceitos de cidade, conforme

a formação histórico-cultural de um povo e os projetos políticos que intencionalmente permeiam a administração da *coisa pública*.

Cidadania liberal: é a noção que emerge com a ascensão da burguesia na modernidade e está muito presa à lógica dos direitos garantidos por lei ao cidadão. Cidadania decorre, nessa perspectiva, da compreensão de que o Estado é o definidor, via constituição e leis complementares, do exercício cidadão na vida social, pois garante a “ordem social” e o equilíbrio nas relações entre indivíduos.

Cidadania para a socialdemocracia: é uma segunda noção de cidadania que está diretamente relacionada com políticas keynesianas do Estado de bem-estar social. Através de políticas de assistência social, o Estado garante o mínimo necessário para a vida de cada cidadão e serve de equilíbrio entre as forças sociais e antagônicas (capital-trabalho), buscando resolver conflitos e definir políticas regulatórias para evitar a exclusão social dos mais fragilizados econômica e socialmente.

Cidadania neoliberal: é o que temos hoje como concepção hegemônica de sociedade. Com o domínio do mercado, o Estado retira-se das políticas regulatórias e transfere para o mercado o papel de “controle-harmonização” das “forças sociais”. Nesse contexto, há uma forte redução dos direitos sociais, e a cidadania fica restrita às relações de renda-consumo. Para o mercado, cidadão é quem pode comprar e, sobretudo, aquele que tem maior poder

de compra é o cidadão de “primeira classe”.

Cidadania emancipatória: é a noção de que a história humana é um processo de lutas e conquistas, e a cidadania se constrói na participação democrática e autêntica de cada setor social. A maior riqueza da história de um povo é a participação política nos rumos de sua vida e, principalmente, na construção de uma vida mais digna para todos (DEMO, 1995). Cidadania emancipatória é uma noção muito próxima daquilo que Santos (2002) denomina de “democracia sem fim”. Não há como esgotar os processos históricos rumo a uma sociedade mais humanizada e politicamente cidadã. No entanto, são possíveis níveis mais elevados de organização social, que se fundamentam na democracia radical e se constroem num processo de cidadania ativa/autônoma da sociedade civil.

Da mesma forma, Freire (1994) contribui com reflexões profundas e originais partindo da análise política em relação aos desafios de uma educação libertadora. A pedagogia freireana trabalha explicitamente a favor do *empoderamento dos oprimidos*, a partir da articulação das diferentes forças sociais, para lutar contra os antagonismos; todos aqueles que representam a manutenção do *status quo* vigente e estão na origem da manutenção dos sistemas opressores em nível mundial (da globalização econômica neoliberal), articulados com as lideranças locais e regionais em cada parte do planeta.

b) *Um projeto de cidade educadora: caminhos para a emancipação social*

As propostas concretas do Movimento Cidade Educadora¹ caminham nessa direção (GADOTTI et al., 2004). O ponto de partida é o enfrentamento da crise social que hoje nos atinge a partir de políticas públicas que, priorizando a educação no sentido amplo de mudança cultural e humanização (FREIRE, 1993), busquem mobilizar a sociedade através de projetos integradores entre as diferentes dimensões da vida social, que têm por objetivo interferir qualitativamente na realidade social.

Não creio que as mulheres e os homens do mundo, independente até de suas opções políticas, mas sabendo-se e assumindo-se como mulheres e homens, como gente, não aprofundem o que já existe como uma espécie de mal-estar que se generaliza em face da maldade neoliberal. Mal-estar que terminará por consolidar-se numa rebeldia nova em que a palavra crítica, o discurso humanista, o compromisso solidário e o anúncio de um mundo gentificado, serão armas de incalculável alcance [...] (FREIRE, 1997, p. 145).

Nesse desafio da luta política, pela emancipação social, em primeiro lugar, é necessário um planejamento intencional da *cidade como projeto educativo*, ou seja, algumas exigências são fundamentais para que se possa concretizar um projeto dessa natureza. Entre várias, destacamos algumas que consideramos fundamentais para que tal projeto tenha êxito (GÓMES-GRANELL; VILA, 2003):

- vontade política da municipalidade para transformar a cidade em agente educativo, de modo que todos os espaços possam se tornar lugares de trocas, convivência e aprendizagens;
- a construção de políticas públicas numa visão interdisciplinar, que integrem as diferentes secretarias em projetos voltados para a educação e humanização dos cidadãos, ou seja, todas as secretarias precisam trabalhar a dimensão pedagógica em suas ações e, principalmente, articularem-se com uma visão do conjunto dos projetos sociais desenvolvidos no município;
- o cultivo de uma visão ampla de educação e a capacidade de mobilizar a sociedade civil em prol de sua própria educação e/ou formação humana;
- a participação cidadã, livre e democrática na construção da cidade. Isso requer a articulação escola-comunidade, municipalidade e agentes sociais, cultura-lazer e convivência comunitária, discussão política, organização de conselhos representativos. Enfim, a mobilização da cidadania para voltar-se ao bem comum, tomando para si os rumos da história da cidade;
- a organização da cidade em redes solidárias de trocas e aprendizagens coletivas via engajamento dos cidadãos nos projetos eleitos como prioridades. A construção de canais de intercâmbios e programação de ações educativo-culturais, em movi-

mentos que cultivem a solidariedade e potencializem práticas sociais inovadoras propostas nos diferentes projetos característicos da cidade educadora. Por exemplo: educação ambiental, trânsito seguro, eventos culturais, o lúdico na praças e parques, a calçada amiga, os parques com atividades ecológicas e de lazer, escolas como pólo cultural, passeios turísticos etc.

c) Políticas públicas para uma cidade inclusiva

Para projetar políticas públicas para uma vida social mais emancipada no contexto atual em que vivemos, que é de crise social profunda, escassez de recursos públicos e império da lógica do mercado, é fundamental definir prioridades levando em conta o projeto de cidade que se quer construir para uma sociedade mais inclusiva.

Diante de tantos problemas que as cidades brasileiras hoje enfrentam e da crise social profunda que se revela em nível mundial, é uma utopia e um sonho falar de *cidade educadora*. No entanto, na forma de olharmos sobre a vida em sociedade e a história humana, são os sonhos e utopias que movem a história de um povo, comunidade e grupos humanos culturalmente situados em seus mundos da vida. Conforme bem nos coloca Freire (1994, p. 91): “Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança. Por isso venho insistindo [...] que não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o

anúncio de um futuro a ser criado [...]. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio.”

Nessa perspectiva, refletir sobre quais as políticas devem ser priorizadas e quais são os projetos educacionais mais relevantes em nível da esfera pública local (no município), devemos começar por definir concretamente, numa perspectiva ampla de educação voltada para a cidadania emancipatória, por onde começar a intervenção na realidade social, que é dramática, para não dizer trágica, e requer ousadia e articulação dos diferentes agentes sociais. A mobilização desse processo deve ter início na municipalidade, em sua vontade política e compromisso ético com a transformação da vida das pessoas para melhor. Todavia, a partir de um projeto de cidade que tem como prioridade as pessoas, os cidadãos, o poder público local deve mobilizar as lideranças locais, instituições educativas e culturais, ONGs e movimentos sociais em prol de projetos que realmente tenham o potencial de construir uma cidade mais humanizada.

A inversão da lógica da inclusão requer inverter as prioridades que historicamente sempre estiveram voltadas para os setores já privilegiados da sociedade. A inversão da lógica da exclusão social, que prioriza acima de tudo o mercado e as facilidades que este exige para obter melhores lucros e facilidades na forma de usufruir da cidade, vai confrontar-se com interesses poderosos no âmbito da luta política e da contradição dialética em termos sócio-históricos. Entretanto, a possi-

bilidade de os processos educacionais (não apenas considerando a educação formal, mas a totalidade de projetos que têm a preocupação pedagógica de educar a cidadania) contribuírem para a formação de uma nova cultura em sociedade é uma perspectiva concreta já experienciada em diferentes cidades brasileiras e de outros países no mundo todo.

Considerações finais

Há diferentes projetos que, se forem planejados de modo articulado entre diferentes setores da administração pública local em seu desafio de mobilizar a população-alvo de políticas de inclusão social, poderão fazer a diferença em termos de a educação contribuir para a emancipação social.

Um primeiro desafio é prioridade em relação à infância de nossas crianças. Podemos ter crianças, mas que não estão vivendo a infância porque lhes está sendo roubada a possibilidade de viver as culturas infantis com suas características próprias, que exigem o tempo e o respeito às lógicas que lhe são próprias, tais como o tempo do brincar, o lúdico e a criatividade na forma de olhar os espaços, a cidade e os ambientes em que vivem sua cotidianidade.

Repensar os espaços em função das pessoas, não apenas do automóvel, é outro grande desafio de uma cidade educadora. Um projeto de inclusão social não pode jamais priorizar o comércio, as máquinas, em detrimento das pessoas em suas necessidades

cotidianas de viver a cidade. Na verdade, com a exclusão social hoje em curso, a maioria da população apenas sofre a cidade, não vive com qualidade de vida e dignidade necessárias à realização humana. Além do desemprego e da falta de políticas de inclusão, dos jovens, por exemplo, a poluição sonora, o tipo de transporte urbano que não prioriza o coletivo, a falta de espaços para o cidadão locomover-se com mais agilidade e segurança nas calçadas, praças e parques, enfim, o conjunto de precariedades em termos de espaços na cidade produz uma vida propensa ao estresse e à violência social.

A racionalização nos investimentos públicos de forma equitativa também é um grande desafio para a emancipação social. E tudo na vida é um aprendizado, pois já temos experiências no Brasil e em outros países de formas alternativas que dão transparência e promovem a cidadania emancipatória ao promoverem a participação social, a exemplo do Orçamento Participativo (OP) nas administrações populares de várias cidades brasileiras. O potencial pedagógico do OP vai muito além do que à primeira vista podemos perceber numa determinada assembléia e/ou reunião de discussão sobre orçamento público e projetos de investimentos decididos pelas comunidades de forma ativa e autônoma.

Enfim, a partir de diferentes projetos e iniciativas que transcendem a educação formal, mas que podem estar articulados com esta, torna-se possível, em nível de políticas locais, intervir qualitativamente na realidade social

promovendo a emancipação social. O papel da educação é de desencadear o processo de *empoderamento* dos cidadãos e das cidadãs para que possam ir construindo uma nova cultura em relação aos processos políticos e sociais em termos de organização social e de controle da *coisa pública* como um bem de todos. Esse é o desafio de formarmos cidadãos comprometidos com o futuro da sociedade num mundo em que predominam a “lei de gerson” e as práticas consumistas, segundo as quais tudo é mensurado e valorado pelas regras do mercado.

Abstract

The aim of this text is to elucidate the main aspects that constitute the challenge of rethinking education within the perspective of *social emancipation* establishing a dialogue with updated theoretical reference in the area of human and social sciences. Habermas and Freire are used as references, as well as contributions by Boaventura de Souza Santos, to discuss the topicality of an educational project with emancipative potentialities facing the complex crisis of modern societies. The proposals to rethink education converge, seemingly, to the challenge of reconstructing the human existence in society, mainly the model of urban industrial society, now in a critical situation with regard to the future of mankind and becoming less and less viable in human, social and environmental terms. Building

alternative educational projects also requires projecting life in cities differently from the current social logics. Education can no longer be conceived as a responsibility of educational institutions. The discussion on “educational cities” is meant to contribute to that challenge. That is the theme of this reflection, which can contribute to look from other angles not yet explored on discussions experienced so far in the area.

Key-words: education, emancipation, educational city, emancipative citizenship.

Referências

- BOSCH, Eulália. Fora dos muros da sala de aula: a cidade educadora. *Presença Pedagógica*, n. 47, p. 5-11, 2002.
- DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- _____. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- _____. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GADOTTI, Moacir et al. (Org.). *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez, 2004.
- GÓMEZ-GRANELL, Carmem; VILA, Ignácio (Org.). *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa II*. Madrid: Taurus, 1992.
- _____. *Discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

Nota

- ¹ O Movimento das Cidades Educadoras encontra-se estruturado a partir da Associação Internacional das Cidades Educadoras (Aice), com sede em Barcelona - ES e escritórios regionais nos cinco continentes. Para a América Latina, a cidade de Rosário - AR representa o papel político de mobilizar e assessorar novas experiências inovadoras de políticas educacionais que se comprometam com uma educação emancipatória inspirada nos princípios do Movimento Cidades Educadoras.